

Carta de apresentação das demonstrações financeiras individuais da Srm Bank Instituição de Pagamento S.A.

A SRM Bank Instituição de Pagamento S.A., inscrita no CNPJ sob nº 22.575.466/0001-58, situada no município de São Paulo, na Alameda Cleveland, nº 509, para fins de atendimento ao disposto no § 3º do artigo 45º capítulo V da Resolução BCB nº 02, de 12 de agosto de 2020 apresenta por meio desta carta as demonstrações financeiras individuais referente a data base 31 de dezembro de 2025, no qual compreendem as seguintes demonstrações:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstrações de resultado do exercício;
- Demonstração dos resultados abrangentes;
- Demonstrações das mutações do patrimônio líquido;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Notas explicativas às demonstrações financeiras;
- Parecer do auditor independente;

Termo declaratório da alta administração

Os membros da diretoria da SRM Bank Instituição de Pagamento S.A, declaram que as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas em 26 de março de 2026

Da Divulgação

As demonstrações financeiras da SRM Bank Instituição de Pagamento S.A. do período base de 31 de dezembro de 2025, foram divulgadas pela Companhia em 30 de março de 2026.

Sem mais, subscrevemo-nos.

Salim Raphael Mansur
Administrador
CPF nº: 139.474.568-08

Assinado digitalmente por:
SALIM RAPHAEL MANSUR
CPF: 139.474.568-08
Data: 30/03/2026 16:48:31 -03:00



Henrique Luiz Gonzaga
Contador
CRC nº: 1SP256056/O-0
CPF nº: 330.794.828-83

SRM Bank Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025

ÍNDICE

Relatório da administração	04
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	05
Balancos patrimoniais.....	08
Demonstrações dos resultados	09
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	13

Relatório da Administração

SRM Bank Instituição de Pagamento S.A.

Em atendimento à Resolução nº 02/2020 do Banco Central do Brasil (“BCB”), a Administração da Companhia submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao 2º semestre de 2025 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia, sociedade anônima de capital fechado, atua como instituição de pagamento emissora de moeda eletrônica, oferecendo serviços de aporte e saque de recursos em contas de pagamento, gestão de contas, conversão entre moeda física e eletrônica, iniciação de transações de pagamento e outras atividades relacionadas à prestação de serviço de pagamento designadas pelo Banco Central do Brasil. Complementarmente, presta serviços de cobrança, informações cadastrais e consultoria de crédito.

Em 13 de dezembro de 2021, a Companhia obteve autorização do Banco Central do Brasil para operar como instituição de pagamento, nas modalidades emissora de moeda eletrônica e emissora de pagamento pré-pago. Desde então, adota integralmente os critérios contábeis e de divulgação estabelecidos pelo regulador.

No ano de 2025, a Companhia manteve trajetória consistente de crescimento, com expansão de 72% nos saldos em contas de pagamento e aumento de 92% no volume de transações. O período foi encerrado com lucro líquido de R\$ 5.018 mil e patrimônio líquido de R\$ 8.416 mil, acima do *guidance* estabelecido.

Os investimentos em tecnologia, novos projetos e capital humano impulsionaram a evolução dos produtos e serviços, fortalecendo a experiência do cliente e a eficiência operacional. Em julho, a Companhia passou a operar no ambiente do SPI, ampliando seu portfólio com serviços de cobrança e consolidando a oferta de soluções aos clientes e parceiros.

A estratégia de médio e longo prazo permanece orientada para inovação, aprimoramento contínuo das soluções de pagamento e fortalecimento de parcerias estratégicas, em sintonia com a agenda regulatória e as transformações do mercado financeiro.

A Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da

SRM Bank Instituição de Pagamento S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SRM Bank Instituição de Pagamento S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SRM Bank Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2025 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com

o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2026

TRÍADE AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2 SP 015090/O-5



Wilson Ramos Souza Junior
Contador CRC 1 SP 286020

SRM Bank Instituição de pagamento S.A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5	436	Obrigações com terceiros	11	174.029	101.225
Títulos e valores mobiliários	5	11.083	1.826	Fornecedores	12	13.205	2.798
Títulos vinculados a saldos em contas pré pagas	6	178.052	102.497	Obrigações trabalhistas	13	679	546
Contas a receber	7	-	540	Obrigações tributárias	14	3.192	391
Impostos a compensar	8	181	1.982	Obrigações sociais e estatutárias	15	3.054	-
Partes Relacionadas	22	8.856	4.385	Obrigações por empréstimo e repasse		2	-
Outros ativos		719	161			194.161	104.960
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	23	(123)	-				
		198.773	111.827				
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	9	4.137	640	Passivos de arrendamento	10	3.585	-
Ativos de direito de uso	10	3.208	-			3.585	-
Ativo fiscal diferido		44	-				
		7.389	640	Patrimônio líquido			
				Capital social	16	8.200	8.200
				Reserva Legal		216	-
				Lucros/Prejuízos acumulados		-	(693)
						8.416	7.507
Total do ativo		206.162	112.467	Total do passivo e patrimônio líquido		206.162	112.467

Esse documento foi assinado por SALIM RAPHAEL MANSUR. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://signer.srmasset.com/validate/EJUJD-DXGEB-SU8DD-6PLUY>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SRM Bank Instituição de pagamento S.A

Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º semestre	Exercícios	
		31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
Resultado de intermediação financeira				
Resultado de aplicações financeiras de interliquidez		10.178	17.324	-
Resultado com títulos e valores mobiliários		677	822	7.731
Resultado bruto de intermediação financeira	17	10.855	18.146	7.731
Resultado de provisões para perdas				
Outras (provisões)	23	(86)	(123)	-
		(86)	(123)	
(Despesas) e Receitas operacionais				
Receita líquida da prestação de serviços	18	45.118	70.416	31.143
Despesas gerais e administrativas	19	(45.576)	(72.766)	(27.163)
Despesas comerciais	19	-	-	(4.946)
Despesas com pessoal	20	(4.816)	(6.913)	(3.636)
Despesas tributárias		(1.844)	(2.187)	(384)
Outras receitas (despesas) líquidas		240	24	(192)
Resultado operacional		3.891	6.596	2.553
(Lucro) prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social				
Imposto de renda e contribuição social	21	(1.071)	(1.622)	(616)
Imposto de renda e contribuição social diferido		31	44	-
Resultado do período		2.851	5.018	1.937
Resultado por ação/lucro por ação		0,35	0,61	0,24

SRM Bank Instituição de pagamento S.A

Demonstrações dos resultados abrangentes

Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Exercícios</u> <u>31/12/2025</u>	<u>Exercícios</u> <u>31/12/2024</u>
Lucro líquido	5.018	1.937
Outros resultados abrangentes	(204)	(269)
Resultado abrangente do período	4.814	1.668

SRM Bank Instituição de pagamento S.A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Reserva legal	Lucro/Prejuízo líquido do período	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.200	2	(2.361)	-	-	5.841
Resultado líquido do período	-	-	-	-	1.937	1.937
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(2)	-	-	-	(2)
Juros sobre capital próprio pagos e propostos	-	-	-	-	(269)	(269)
Compensação de prejuízos acumulados	-	-	1.668	-	(1.668)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.200	-	(693)	-	-	7.507
Resultado líquido do período	-	-	-	-	5.018	5.018
Constituição de reserva legal	-	-	-	216	(216)	-
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	(3.905)	(3.905)
Juros sobre capital próprio pagos e propostos	-	-	-	-	(204)	(204)
Compensação de prejuízos acumulados	-	-	693	-	(693)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	8.200	-	-	216	-	8.416

Esse documento foi assinado por SALIM RAPHAEL MANSUR. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://signer.srmasset.com/validate/EJUJD-DXGEB-SU8DD-6PLUY>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SRM Bank Instituição de pagamento S.A

Demonstração do fluxo de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>2º semestre</u>	<u>Exercícios</u>	<u>Exercícios</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro / prejuízo do período	2.851	5.018	1.937
Ajustes	-		
Imposto de renda e contribuição social	1.071	1.622	616
Ativo fiscal diferido	(31)	(44)	-
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	86	123	-
Apropriação juros arrendamento	77	195	-
Despesa com depreciação	155	262	179
	4.209	7.176	2.732
Varição em ativos e passivos operacionais			
Varição em de títulos e valores mobiliários	(3.857)	(9.256)	133
Varição em de Créditos vinculados	(48.949)	(75.556)	(32.091)
Varição em de contas a receber	(1)	540	(28)
Varição em de impostos a recuperar	1.211	1.801	(412)
Varição em de outros ativos	446	(558)	-
Varição em Partes Relacionadas	(5.952)	(4.470)	(1.955)
Varição em de obrigações com terceiros	49.135	72.804	31.155
Varição em de fornecedores	6.941	10.406	1.546
Varição de obrigações sociais e trabalhistas	70	133	203
Varição em de obrigações tributárias	(486.912)	1.467	(156)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período	488.713	(288)	(130)
Varição em passivo de arrendamento	3.692	6.497	-
Varição de obrigação por empréstimo ou repasse	2	2	-
	8.748	10.698	997
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais			
	8.748	10.698	997
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	(3.425)	(3.759)	(303)
Contrato de arrendamento	(2.377)	(3.208)	-
Pagamento de passivo por arrendamento	(2.285)	(3.108)	-
	(8.087)	(10.075)	(303)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento			
	(8.087)	(10.075)	(303)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Juros sobre capital próprio	-	(204)	(269)
Dividendos pagos	(850)	(850)	-
	(850)	(1.054)	(269)
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades de financiamento			
	(850)	(1.054)	(269)
Fluxo de caixa e equivalentes de caixa	(189)	(431)	425
No início do período	194	436	11
No final do período	5	5	436
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(189)	(431)	425

1. Contexto operacional

A SRM Bank Instituição de Pagamento S.A., (“SRM Bank” ou “Companhia”) está situada no Município de São Paulo, na Alameda Cleveland, nº 509. A Companhia tem como objeto a atividade de instituição de pagamento emissora de moeda eletrônica, prestando serviços de aporte ou saque de recursos mantido em conta de pagamento, execução ou facilitação da instrução de pagamento relacionada a serviço de pagamento, gestão de conta de pagamento, emissão de instrumento de pagamento, execução de remessa de fundos, conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica (ou vice-versa), gestão de uso de moeda eletrônica, prestação de serviços de iniciação de transação de pagamento e outras atividades relacionadas à prestação de serviço de pagamento designadas pelo Banco Central do Brasil. A Companhia opera também com atividades de cobranças, informações cadastrais e consultoria de crédito e cobrança.

Em 13 de dezembro de 2021, a SRM Bank Instituição de Pagamento S.A. obteve autorização do Banco Central do Brasil para funcionar como instituição de pagamentos, nas modalidades emissora de moeda eletrônica e emissora de pagamento pré pago. Em decorrência da autorização, a partir desta data a SRM Bank passou a aplicar os critérios contábeis de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Em janeiro de 2025, a Companhia foi enquadrada no Segmento S4 – Tipo2, assumindo a posição de líder do conglomerado prudencial, conforme estabelecido pela Resolução BCB nº 436, de 28 de novembro de 2024. Em julho de 2025, recebeu autorização para operar no ambiente do SPI para serviços de cobrança.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes estabelecidas pela Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07, em conjunto com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (“BCB”), Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF. Para fins de divulgação dessas demonstrações contábeis, a Companhia considerou o disposto na Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021.

2.2. Adoção das novas normas

a) Transição para a Resolução CMN 4.966/21

A Companhia adotou as normas e instruções que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025.

As seguintes normas e interpretações são aplicáveis à Instituição:

- Resolução CMN 4.966/21 e Resolução BCB 352/23: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Como principal impacto da resolução presente na respectiva demonstração financeira, destaca-se:
 - a. Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Companhia e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de “SPPJ”);
 - b. A adoção do modelo de perda esperada simplificada para o reconhecimento das Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito, utilizando-se os critérios definidos na Resolução BCB 352/23. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência;
 - c. Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que a Companhia não tem mais expectativa de recuperação; e
 - d. Instruções Normativas BCB nº 493 a 543 de 2024:
Os eventos dos roteiros contábeis foram adaptados de forma a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas COSIF’s divulgadas por tais instruções.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Companhia evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração da SRM Bank Instituição de Pagamento S.A. em 26 de março de 2026.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos que são classificados como “Títulos disponíveis para venda”, sendo as atualizações diárias pela curva do papel contabilizadas diretamente por meio do resultado e o ganho ou perda pela atualização do valor de mercado diretamente em conta do patrimônio líquido pelo valor líquido dos efeitos tributários.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de Reais, exceto aqueles indicados de outra forma, representando a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1. Moeda funcional

As demonstrações financeiras foram elaboradas em Reais (R\$), a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3.2. Caixas e equivalentes de caixa

Os saldos incluem depósitos bancários e aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e não estão sujeitas a um risco significativo de mudança de valor, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição e que não haja restrição quanto a disponibilidade do recurso.

São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos.

3.3. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela comercialização no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor de custo e, deduzidas da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (quando aplicável). A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.4. Títulos e valores mobiliários

Conforme circular BCB nº 3.068 os títulos e valores mobiliários adquiridos por instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto cooperativas de crédito, agências de fomento e sociedades de crédito ao microempreendedor devem ser registrados pelo valor de custo e classificados da seguinte forma:

I - Títulos para negociação: devem ser registrados os valores com propósito de serem negociados com frequência e devem ser atualizados pelo valor de mercado reconhecendo o ganho ou perda diretamente no resultado do exercício (receita/despesa).

II – Títulos disponíveis para venda: devem ser registrados os valores que não se enquadram na classificação de negociação ou mantidos até o vencimento e devem ser atualizados pelo valor de mercado reconhecendo o ganho ou perda diretamente em conta destacada no patrimônio líquido pelo valor líquido dos efeitos tributários.

III – Títulos mantidos até o vencimento: devem ser registrados os títulos adquiridos com o intuito de manter em carteira até o respectivo vencimento.

3.5. Instrumentos financeiros derivativos

Entende-se por instrumentos financeiros derivativos aqueles cujo valor varia em decorrência de mudanças em taxa de juros, preço de título ou valor mobiliário, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de bolsa de valores, índice de preço, índice ou classificação de crédito, ou qualquer outra variável similar específica, cujo investimento inicial seja inexistente ou pequeno em relação ao valor do contrato, e que sejam liquidados em data futura, conforme Circular BCB nº 3082/02.

As operações com derivativos são avaliadas pelo valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

3.6. Imobilizado de uso

O imobilizado é contabilizado, em conformidade a Resolução BCB nº 6/2020, a valor de custo excluindo os gastos com manutenção, menos depreciação acumulada e redução ao valor recuperável. Alterações na vida útil estimada são contabilizadas como mudanças no método ou no período de amortização, e apropriadamente tratadas como alterações de estimativas contábeis.

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada através da vida útil do bem, conforma tabela a seguir:

Descrição	Vida útil estimada
Móveis e utensílio	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em “outras receitas não operacionais” na demonstração do resultado do ano em que o ativo foi alienado/baixado.

3.7. Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros - (impairment)

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos internamente ao final de cada exercício para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, sempre que eventos ou alterações nas

circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do exercício pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Anualmente a SRM Bank avalia se há indicativos de desvalorização de um ativo. Se houver evidências de perda no valor recuperável, são realizados testes de impairment pelo método de fluxo de caixa descontado ou outro método que seja adequado para mensuração do valor recuperável do ativo.

Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, são testados anualmente ativos com vida útil indefinida ou ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável do ativo avaliado for menor que o valor contábil, a diferença existente entre esses valores é ajustada pela constituição de provisão para perdas, redutora dos ativos, em contrapartida ao resultado do período, exceto para ágio por expectativa de rentabilidade futura, onde a perda é considerada definitiva, sem possibilidade de reversões.

3.8. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

3.9. Provisões para contingências – (ativos e passivos contingentes)

Provisões são reconhecidas quando a SRM Bank tem uma obrigação corrente (legal ou constituída) que é provável que um desembolso será requerido para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável possa ser feita do montante da obrigação, cuja contrapartida é registrada no resultado do semestre.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos pela Resolução BCB nº 9/2020, descritos abaixo:

Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras e somente são divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Os ativos passam a ser registrados quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem recursos.

Passivos contingentes – essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas nas opiniões de assessores jurídicos e da Administração e são classificadas como:

- Prováveis: para as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial em outras obrigações diversas;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada;
- Remotas: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

3.10. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.11. Apuração do resultado

As receitas e despesas das atividades fim são reconhecidas com observância do regime de competência, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

A receita operacional da instituição compreende prestação de serviços de consultoria, ademais, receitas de tarifas inerente curso das atividades da Companhia.

3.12. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e;
- (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apurados via o regime do Lucro Real onde o imposto de renda é calculado pelas alíquotas regulares de 15%, acrescido de adicional de 10% sobre o resultado fiscal excedente à R\$ 240 no ano (R\$120 no semestre), e de 9% para a contribuição social.

A companhia optou em 2025 por seguir no regime de lucro real trimestral, no qual tem suas apurações recolhidas trimestralmente.

3.14. Arrendamento

A Companhia avalia, no início de cada contrato, se este contém um arrendamento, identificando o direito de controlar o uso de um ativo específico por um período determinado mediante contraprestação, conforme estabelecido pela Resolução BCB nº 178/2022, que dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, e pela Resolução BCB nº 391/2024, que trata especificamente do tratamento contábil dos arrendamentos por instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil.

Como arrendatária, a Companhia reconhece, na data de início do arrendamento, um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, mensurados conforme os termos contratuais. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado ao custo, incluindo o valor presente dos pagamentos futuros, custos diretos iniciais e provisões relacionadas, deduzidos de incentivos recebidos. O ativo é depreciado pelo método linear até o fim do contrato ou da vida útil do ativo, conforme aplicável, e ajustado por eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

O passivo de arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos futuros, descontado pela taxa de juros implícita no contrato ou, quando não disponível, pela taxa incremental de financiamento da Companhia, determinada com base em simulações de mercado. O passivo é ajustado por remensurações decorrentes de mudanças nos termos contratuais, índices, taxas ou opções contratuais exercidas.

3.15. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas é apurada por metodologia simplificada conforme critérios estabelecidos na Resolução BCB 352/23, que aplica taxas fixas de inadimplência aos saldos expostos, classificadas por faixas de atraso, conforme parâmetros previamente definidos.

Adicionalmente, são incorporados percentuais complementares de provisão com base em indicadores qualitativos e quantitativos, incluindo situação econômico-financeira, grau de endividamento, histórico de pagamentos e classificação de risco de crédito.

A provisão total corresponde à soma das parcelas por inadimplência e dos ajustes adicionais, sendo calculada mensalmente, ou em periodicidade inferior, conforme exigências regulatórias e práticas internas de monitoramento.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, está assim representado:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Bancos conta movimento	<u>5</u>	<u>436</u>
	<u>5</u>	<u>436</u>

5. Títulos e valores mobiliários

Descrição		31/12/2025			31/12/2024		
		Custo atualizado	Valor de mercado	Vencimento	Custo atualizado	Valor de mercado	Vencimento
Debêntures	(i)	822	822	2025/2026	891	891	2025/2026
Cotas de fundo de investimento multimercado	(ii)	9.601	9.601	n/a	388	388	n/a
Cotas de fundo de investimento renda fixa	(iii)	659	659	n/a	547	547	n/a
		11.083	11.083		1.826	1.826	

- (i) Debêntures classe Mezanino B remuneradas a taxa DI + 4,5% a.a. com vencimento em 15/12/2026 emitidas pela Trusthub Securitizadora S.A. (referentes a 2ª emissão).
- (ii) Valores aplicados em cotas no fundo SRM Exodus 5 FIC FIM de Crédito Privado administrado pela QI Tech e gerido por Nova S.R.M Administração de Recursos e Finanças S.A.
- (iii) Valores aplicados em cotas Mezanino B no fundo Exodus Institucional FIDC NP administrado pela QI Tech e gerido por Nova S.R.M Administração de Recursos e Finanças S.A., possui como característica renda fixa.

6. Títulos vinculados a saldos em contas pré-pagas

Descrição		31/12/2025			31/12/2024		
		Custo atualizado	Valor de mercado	Vencimento	Custo atualizado	Valor de mercado	Vencimento
Títulos vinculados a saldos em contas pré-pagas	(i)	178.052	178.052	n/a	102.497	102.497	n/a
		178.052	178.052		102.497	102.497	

- (i) Valores mantidos em Conta Correspondente a Moeda Eletrônica (CCME) mantida no Banco Central do Brasil, na forma da regulamentação vigente, com base nos saldos de moeda eletrônica mantidas em conta de pagamento pré-paga.

7. Contas a receber

O saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 está assim constituído:

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber		
Clientes nacionais	-	540
	-	540

O faturamento de serviços a receber em 31 de dezembro de 2024 foram recebidos no mês posterior a emissão, sendo janeiro de 2025.

8. Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 está assim constituído:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Impostos a compensar		
Saldo negativo de IRPJ	-	1.982
Outros impostos a recuperar (i)	<u>181</u>	<u>-</u>
Total	<u>181</u>	<u>1.982</u>

(i) Outros impostos a recuperar referente a crédito de PIS e COFINS sobre insumo.

9. Imobilizado

O imobilizado da Companhia, é representado pelo quadro abaixo, considerando inclusive as seguintes movimentações findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	<u>Taxa de depreciação</u>	<u>Saldo líquido em 31/12/2024</u>	<u>Aquisições/baixas</u>	<u>Depreciação do exercício</u>	<u>Saldo líquido em 31/12/2025</u>
Imobilizado					
Móveis e utensílios	10%	102	860	(70)	892
Máquinas e equipamentos	10%	131	3	(31)	103
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5%	71	1.855	(4)	1.922
Computadores e periféricos	20%	<u>336</u>	<u>1.041</u>	<u>(157)</u>	<u>1.220</u>
Saldo Imobilizado		<u>640</u>	<u>3.759</u>	<u>(262)</u>	<u>4.137</u>

	<u>Taxa de depreciação</u>	<u>Saldo líquido em 31/12/2023</u>	<u>Aquisições/baixas</u>	<u>Depreciação do exercício</u>	<u>Saldo líquido em 31/12/2024</u>
Imobilizado					
Móveis e utensílios	10%	176	-	(71)	103
Máquinas e equipamentos	10%	115	43	(27)	131
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5%	69	3	(3)	69
Computadores e periféricos	20%	<u>156</u>	<u>254</u>	<u>(75)</u>	<u>335</u>
Saldo Imobilizado		<u>516</u>	<u>300</u>	<u>(176)</u>	<u>640</u>

Imobilizado	Saldo líquido em 31/12/2025	Saldo líquido em 31/12/2024
Móveis e utensílios	892	103
Máquinas e equipamentos	103	131
Computadores e periféricos	1.220	335
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.922	69
Saldo Imobilizado	4.137	640

10. Direitos de uso

O Contrato de arrendamento e direitos de uso, estão em conformidade com o CPC 06 (R2), divulgado na nota explicativa nº 3.14. A seguir, está demonstrado a evolução dos saldos em 31 de dezembro de 2025:

a) Ativo – Direito de uso

Ativos de direito de uso	Saldo inicial - 02/01/2025			31/12/2025				
	Custo do direito de uso	Depreciação acumulada	Saldo contábil	Adições/baixa no fluxo do contrato	Depreciação	Custo do direito de uso	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Contrato de aluguel	2.805	-	2.805	3.692	(3.289)	6.497	(3.289)	3.208
Total	2.805	-	2.805	3.692	(3.289)	6.497	(3.289)	3.208

b) Passivo – Arrendamento

Passivo de arrendamento	Saldo inicial - 02/01/2025			31/12/2025	
	Passivo inicial	Atualizações no fluxo do contrato	Pagamentos/Apropriações	Passivo total	
Contrato de aluguel	2.936	4.010	(3.108)	3.838	
(-) Juros a apropriar	(130)	318	195	(253)	
Total	2.806	4.328	(2.913)	3.585	

11. Obrigações com terceiros

A conta de obrigações com terceiros é representada pelos recursos oriundos de liquidações de cobranças de títulos de terceiros (“Garantias”) e saldos em contas de pagamento pré-pagas (contas escrow e contas digitais). Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o saldo está assim composto:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Obrigações com terceiros		
Recursos de terceiros	174.029	101.225
Total	<u>174.029</u>	<u>101.225</u>

12. Fornecedores

Os fornecedores, são representados por serviços de consultorias, serviços de tecnologia e despesas gerais e administrativas.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores		
Fornecedores nacionais	13.205	2.798
Total	<u>13.205</u>	<u>2.798</u>

13. Obrigações trabalhistas e contingências

O saldo de obrigações trabalhistas está assim representado em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Obrigações trabalhistas		
Provisões e encargos	315	428
Encargos sociais	364	118
Total	<u>679</u>	<u>546</u>

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível.

Risco trabalhista:

A Companhia é polo passivo em processos de natureza trabalhista, onde os reclamantes pleiteiam o pagamento de verbas trabalhistas variadas, acompanhadas dos encargos sobre os montantes. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a companhia não possuía, com base na informação dos seus assessores jurídicos valores a serem provisionados com base em causa provável de perda. Adicionalmente, todos os casos, incluindo de causas possíveis em 31 de dezembro de 2025 é de R\$154 (12/2024 – R\$ 137) estão sendo acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia.

Risco cível:

A Companhia é polo passivo em processos de natureza cível. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a companhia não possuía, com base na informação dos seus assessores jurídicos valores a serem provisionados com base em causa provável de perda. O total das contingências possíveis de perda em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 30 (12/2024 - R\$ 50).

Adicionalmente, todos os casos estão sendo acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia.

14. Obrigações tributárias

As obrigações tributárias estão representadas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Obrigações tributárias		
Imposto de renda e contribuição social a recolher	294	288
PIS e COFINS a recolher	-	50
Impostos sobre terceiros a recolher	127	25
Outros	2.771	28
Total	<u><u>3.192</u></u>	<u><u>391</u></u>

15. Obrigações societárias

As obrigações societárias estão representadas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Obrigações societárias		
Dividendos a pagar	3.054	-
Total	<u><u>3.054</u></u>	<u><u>-</u></u>

O contrato social da SRM Bank não estabelece a obrigatoriedade de haver distribuição de lucros mínimos anuais.

16. Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 8.200 (R\$ 8.200 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 8.200.000 (oito milhões e duzentas mil) ações, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, subscrito e totalmente integralizado em moeda corrente nacional, distribuído no formato a seguir:

<u>Sócio</u>	<u>Ações</u>	<u>Valor</u>	<u>Percentual de participação</u>
Salim Raphael Mansur	4.100.000	4.100	50%
Marcos Rafael Mansur	4.100.000	4.100	50%
Total	<u><u>8.200.000</u></u>	<u><u>8.200</u></u>	<u><u>100%</u></u>

16.1 Juros sobre capital próprio

Em 15 de maio de 2025 a SRM Bank distribuiu juros sobre capital próprio aos seus acionistas no montante de R\$204 (R\$ 269 em 31 de dezembro de 2024). Os juros sobre capital próprio

foram calculados aplicando a taxa TJLP sobre o patrimônio líquido e distribuído de forma proporcional à participação de cada acionista.

17. Resultado de intermediação financeira

O resultado obtido com intermediações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 está assim representado:

Descrição	2º semestre 31/12/2025	Exercícios 2025	Exercícios 2024
Receitas financeiras			
Renda de letras financeiras do tesouro - LFT	-	-	2.345
Renda de aplicação em fundos	605	687	116
Renda moeda eletrônica (CCME)	10.177	17.323	5.159
Renda de aplicação debentures	72	135	111
Resultado financeiro líquido	10.854	18.145	7.731

18. Receita líquida da prestação de serviços

A receita em administração de recebíveis e contas de pagamento está representada por administração de contas e gestão de garantias por meio de serviços prestados de cobrança de títulos de terceiros, majoritariamente de clientes de fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC).

	2º Semestre 31/12/2025	Exercícios 2025	Exercícios 2024
Receita bruta da prestação de serviços			
Renda em administração de recebíveis e contas de pagamento	51.409	76.816	28.137
Consultoria de crédito	-	2.614	6.541
	51.409	79.430	34.678
(-) Impostos sobre serviços			
(-) ISS	(1.536)	(1.666)	(327)
(-) PIS	(848)	(1.311)	(572)
(-) COFINS	(3.907)	(6.037)	(2.635)
Total	(6.292)	(9.013)	(3.533)
Receita líquida prestação de serviços	45.118	70.416	31.143

19. Despesas gerais e administrativas e comerciais

19.1 - Despesas administrativas e gerais

2º Semestre	Exercícios	Exercícios
-------------	------------	------------

	<u>31/12/2025</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas gerais e administrativas			
Serviços técnicos profissionais (i)	(31.896)	(48.657)	(17.188)
Outras despesas administrativas (ii)	(10.138)	(18.200)	(9.798)
Depreciações e amortizações	(1.470)	(3.550)	(177)
Assessoria jurídica	(2.071)	(2.359)	
Total	<u>(45.575)</u>	<u>(72.766)</u>	<u>(27.163)</u>

- i. Os serviços técnicos profissionais são principalmente os serviços de consultorias e assessorias especializadas;
- ii. As outras despesas administrativas são representadas por despesas estruturais gerais, despesas de suporte, manutenção e licenças de softwares.

19.2 - Despesas comerciais

	<u>2º semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas comerciais			
Rebate	-	-	(4.946)
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.946)</u>

- i. Referente aos valores repassados/ressarcidos, a título de reembolso entre a Companhia com as empresas Nova S.R.M. Administração de Recursos e Finanças S.A e TrustHub Securitizadora S/A.

20. Despesas com pessoal

	<u>2º semestre</u>	<u>Exercícios</u>	<u>Exercícios</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas com pessoal			
Proventos	(2.318)	(3.470)	(2.283)
Benefícios	(800)	(1.154)	(622)
Despesa com encargos sociais	(807)	(1.221)	(731)
Participação nos lucros	(36)	(41)	-
Outras despesas com pessoal	(855)	(1.027)	-
Total	<u>(4.816)</u>	<u>(6.913)</u>	<u>(3.636)</u>

21. Imposto de renda e contribuição social

21.1 - Imposto de renda e contribuição social corrente

	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.891	6.596	2.553
(-) Juros sobre capital próprio	-	(204)	(269)
Ajustes para demonstração da alíquota efetiva			
Adições e exclusões temporárias e permanentes	681	544	405
Resultado fiscal	4.572	6.936	2.689
(-) crédito com prejuízo fiscal anos anteriores	(1.372)	(2.081)	(807)
(=) Base de cálculo ajustada	3.200	4.855	1.882
Imposto de renda - 15%	(480)	(728)	(282)
Imposto de renda 10% adicional	(308)	(462)	(164)
(-) Benefícios fiscais	5	5	
Contribuição social - 9%	(288)	(437)	(169)
Total	(1.071)	(1.622)	(616)

21.2 - Imposto de renda e contribuição social diferido

Em 2025 a Companhia passou a constituir ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e da contribuição social.

	<u>Saldo em 31/12/2025</u>	<u>Saldo em 30/06/2024</u>
(i) - Ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias	(129)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	44	-

- i. Referentes provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

22. Transações com partes relacionadas

O saldo do ativo com partes relacionadas é oriundo de contratos de mútuos, no qual o saldo está assim representado:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Outros ativos		
Nova S.R.M. Administração de Recursos Financeiros S.A.	(8.854)	(3.662)
S.R.M. Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários LTDA	(2)	-
Sócios	-	(723)
Total	(8.856)	(4.385)

	2º Semestre	Exercícios	
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
Resultado com Rebate			
Nova S.R.M. Administração de Recursos Financeiros S.A.	-	-	(4.884)
Trusthub Securitizadora S.A.	-	-	(567)
Total	-	-	(5.450)

23. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2025
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
Depósitos bancários	-
Debênture	(4)
Valores a receber	(119)
Total	(123)

24. Limites Operacionais – Gerenciamento de Capital

A partir de 2022 entrou em vigor uma atualização no arcabouço regulatório referente ao gerenciamento de riscos trazendo aperfeiçoamentos nos cálculos e na gestão de capital, além de instituir uma nova estrutura de segmentação dos conglomerados prudenciais (conforme Resolução BCB nº 197/22). Foram introduzidas metodologias revisadas para cálculo dos ativos ponderados por risco (“RWA”) e do Patrimônio de Referência, conforme Resolução BCB nº 198/22.

Em conformidade com essas normas, a Companhia mantém estrutura contínua de gerenciamento de riscos, responsável por avaliar os critérios estabelecidos pelo Banco Central e assegurar a adequação regulatória e os processos de compliance.

São adotados procedimentos e rotinas para garantir nível de capital compatível com os riscos presentes e futuros, assegurando solvência e liquidez em linha com os limites regulatórios.

Em 31 de dezembro de 2025, o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência do conglomerado prudencial era de R\$ 4.671, enquanto o Patrimônio de Referência apurado foi de R\$ 9.880, evidenciando solidez financeira e ampla margem de capital frente às exigências regulatórias.

25. Gerenciamento de riscos

A Companhia, como líder do conglomerado prudencial enquadrado no Segmento S4 – Tipo 2, conforme Resolução BCB nº 436/24, mantém estrutura abrangente de gerenciamento de riscos, em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil. A Administração é responsável pela definição e supervisão da estrutura de risco, assegurando políticas, processos e controles alinhados às melhores práticas e às exigências regulatórias.

As políticas de risco são revisadas periodicamente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia, garantindo aderência aos limites estabelecidos e resiliência operacional.

Risco de capital:

A Companhia monitora e controla continuamente seu capital, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.606/17 e Resolução BCB nº 4.958/21, assegurando níveis adequados de Patrimônio de Referência frente aos riscos presentes e futuros.

Risco de crédito:

O risco de crédito corresponde à possibilidade de perdas decorrentes do descumprimento de obrigações por contrapartes em instrumentos financeiros. No âmbito do conglomerado prudencial, esse risco está associado principalmente às exposições em aplicações financeiras e demais instrumentos financeiros.

A gestão é realizada de forma centralizada, com políticas e procedimentos alinhados às exigências do Banco Central do Brasil e às melhores práticas de mercado. Inclui definição de limites, monitoramento contínuo das exposições e adoção de critérios conservadores na avaliação de contrapartes, mitigando potenciais impactos sobre resultados e patrimônio.

Risco de liquidez:

A gestão de liquidez busca assegurar capacidade de honrar obrigações correntes e futuras, em condições normais e adversas, incluindo a conversão de moeda eletrônica em moeda física ou escritural. Processos internos garantem níveis adequados de liquidez e aderência às exigências regulatórias.

Risco de mercado:

O risco de mercado é monitorado considerando variações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos. A Companhia não possui exposição relevante a câmbio ou ações, dado que seus ativos e passivos não estão vinculados a esses parâmetros. O objetivo é controlar exposições dentro de limites aceitáveis, otimizando retorno e preservando estabilidade financeira.

26. Eventos subsequentes

Após o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve eventos subsequentes relevantes até o encerramento destas demonstrações financeiras.



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: EJUJD-DXGEB-SU8DD-6PLUY

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ SALIM RAPHAEL MANSUR (CPF 139.474.568-08) em 30/03/2026 16:48 -
Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://signer.srmasset.com/validate/EJUJD-DXGEB-SU8DD-6PLUY>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://signer.srmasset.com/validate>